

**AUTÓGRAFO Nº 83, DE 13 DE ABRIL DE 2022.**

Dispõe sobre o resgate, captura e remoção de abelhas silvestres nativas e da abelha doméstica com ferrão no Município de Sumaré.”

**Autor:** Vereador André da Farmácia.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SUMARÉ,**

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Esta Lei estabelece normas para o resgate, captura e remoção de abelhas silvestres nativas (*Meliponina*) e da *Apis Mellifera* (abelha doméstica com ferrão) no âmbito do Município de Sumaré.

**Parágrafo único** - O manejo das abelhas atenderá às finalidades socioculturais, de pesquisa científica, de educação ambiental e de conservação, em consonância com a legislação federal e estadual.

**Art. 2º** - Para os efeitos desta Lei entende-se como:

I - *Apis Mellifera*: conhecidas popularmente como abelhas domésticas com ferrão, pertencem à família *Apidae*, da ordem *Hymenoptera*, originária de países do continente africano e europeu, são abelhas que atacam quando se sentem ameaçadas.

II – *Meliponina*: são abelhas silvestres nativas do Brasil, pertencem à família *Apidae*, subfamília *Meliponinae*, também conhecidas como abelhas sem ferrão;

III - meliponicultura: criação das abelhas sem ferrão;

IV - criação de meliponário: local destinado à abelhas silvestres nativas,

V - meliponicultor: pessoa física ou jurídica, autorizada pelo órgão competente, com a finalidade de criar e manejar as colmeias de abelhas sem ferrão;

VI - colmeias: abrigos especialmente preparados na forma de caixas para a manutenção ou criação de abelhas silvestres nativas;



VII – apicultura: atividade de criação da abelha denominada *Apis Mellifera*;

VIII - área urbana: local definido no Plano Diretor Municipal, podendo incluir áreas dentro de zona rural desde que próximas de residências.

### **DA ABELHA DOMÉSTICA COM FERRÃO (*Apis Mellifera*)**

**Art. 3º** - Fica proibida a criação da abelha doméstica *Apis Mellifera* em área urbana ou próximo às residências no Município de Sumaré.

§ 1 - disposto no caput inclui a constatação de existência de um ninho, independente da intenção ou não de criação.

§ 2 - Não é proibida a utilização de caixas-isca, desde que instaladas e monitoradas por pessoa habilitada e que não permaneça por mais de 10 (dez) dias após a instalação da colônia.

**Art. 4º** - O proprietário no qual deverá acionar pessoal especializado para efetuar a remoção e transporte do ninho da abelha doméstica (*Apis Mellifera*) de sua propriedade.

**Parágrafo único** - Em caso de risco à vida das pessoas, será considerada a possibilidade de extermínio da abelha doméstica *Apis Mellifera*, mediante justificativa técnica circunstanciada pelos órgãos competentes.

**Art. 5º** - Fica autorizado o Poder Executivo a criar convênios com apicultores para o encaminhamento das abelhas *Apis Mellifera*.

**Art. 6º** - Em local onde a criação é permitida, deverão ser observadas as normas de segurança estabelecidas com relação à distância de casas, escolas, estradas movimentadas e instalações para animais.



**Parágrafo único** - É proibido o abandono de colmeias de forma que fiquem sem o devido manejo periódico.

**Art. 7º** - Em caso de acidente, os bombeiros deverão ser comunicados.

**Art. 8º** - A infração aos artigos 3º e 4º desta Lei implicará em notificação pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente para a retirada do (s) enxame (s) num prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da data da notificação, o não atendimento implicará em multa acordo com a Unidade Fiscal Municipal de Sumaré (UFMS), variável de acordo com o número de enxames conforme a tabela:

Número de enxames	Multa
De 01 a 02	75 UFMS
De 03 a 05	150 UFMS
Acima de 5	250 UFMS

#### **DAS ABELHAS SILVESTRES NATIVAS (*Meliponina*)**

**Art. 9º** - As abelhas silvestres nativas ficam protegidas por esta Lei, sendo proibida a destruição de seus ninhos.

**Art. 10** - Fica autorizada a criação de abelhas silvestres nativas para fins de comércio, pesquisa científica ou atividades de lazer.

**Parágrafo único** - É permitida a utilização e o comércio de abelhas e seus produtos, procedentes de criadouros autorizados pelo órgão ambiental competente, na forma de meliponários, bem como a captura de colônias e espécies a eles destinadas por meio da utilização de ninhos iscas.

**Art. 11** - Todo empreendimento ou atividade que envolva supressão ou poda de árvores, alteração no uso do solo ou demolições deverá analisar, previamente, a existência ou não de ninhos.



**Art. 12** - Fica proibida a retirada de ninhos da natureza, esteja ele em árvores, construções e postes, sem que seja decorrente do resgate por queda de árvore ou outro empreendimento ou atividade com prévio licenciamento ambiental.

**Art. 13** - As serrarias e outros serviços de corte e desdobramento de madeira bruta, inclusive lenheiras e usuários finais, deverão comunicar à Secretaria Municipal do Meio Ambiente sempre que um ninho for localizado no oco de uma árvore.

**Parágrafo único** - O toco no qual se encontra o ninho deverá ser preservado.

**Art. 14** - A infração aos artigos 9º, 10, 11 e 12 desta Lei implicará em multa de acordo com a Unidade Fiscal Municipal de Sumaré (UFMS), variável pela quantidade de enxames, conforme a tabela:

Número de enxames	Multa
De 01 a 02	100 UFMS
De 03 a 05	200 UFMS
Acima de 5	300 UFMS

**Art.15** - A obtenção de colônias na natureza, para a formação ou ampliação de meliponários será permitida por meio de ninhos iscas.

#### **DO RESGATE DE NINHOS DAS ABELHAS SILVESTRES NATIVAS (*Meliponina*)**

**Art. 16.** Constatada a existência de ninho em árvore, aquele deverá ser resgatado por técnicos especializados e seguir determinações dos órgãos ambientais competentes.

**Art. 17** - O ninho deverá ser encaminhado para meliponário registrado e autorizado pelo órgão competente.

**Parágrafo único** - Fica autorizado o Poder Executivo a criar convênios com meliponários para a destinação das abelhas nativas.

#### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**



**Art. 18** - As multas desta lei serão atualizadas monetariamente, mediante Decreto do Poder Executivo.

**Art. 19** - A regulamentação que se faça necessária para esta Lei será estabelecida através de decreto do Poder Executivo, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias.

**Art. 20** - Esta lei entra em vigor após decorridos 60 (sessenta) dias de sua publicação oficial.

Câmara Municipal de Sumaré, 13 de abril de 2022.

**WILLIAN SOUZA**  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Sumaré, aos 13 de abril de 2022.

**CLODOVYL DOTA TELLES**  
Gestor de Planejamento Estratégico de Assuntos Legislativos